

EDP considera "bem possível" venda de parte do capital para Eletrobrás

Rafael Rosas

RIO - A EDP acredita que a alienação de parte do capital da empresa que está nas mãos do governo de Portugal possa acontecer em setembro. A companhia portuguesa considera bem possível a entrada da Eletrobras no seu capital, mas ressalta que a decisão sobre quando e para quem vender caberá ao governo do país europeu.

Vemos a possibilidade de entrada da Eletrobras como possível, bem possível. Mas quero dizer que essa decisão é do acionista, ou seja, do governo português, do Estado. É ele o detentor das ações e será ele quem decidirá a forma de privatizar a EDP, afirmou António Ferreira da Costa, administrador da EDP Produção, que participou de seminário técnico promovido pelo Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Costa explicou que, depois da última reunião do Conselho de Ministros de Portugal, a empresa percebeu uma aceleração na intenção de vender parte do capital da empresa. Com isso, a operação, inicialmente prevista para acontecer no fim do ano, poderia ser antecipada para setembro.

O governo português tem 25% de participação na EDP e é o maior acionista individual. Mas a venda será de, no máximo, 20%, já que os outros 5% correspondem a obrigações conversíveis em ações que estão inalienáveis até o fim de 2012.

Costa frisou que o governo também escolherá se venderá os 20% para uma única empresa ou se negociará com diferentes atores. Sobre a entrada da Eletrobras, o executivo lembrou que as duas companhias são parceiras de longa data, desde a associação nas hidrelétricas de Lajeado e Peixe Angical, ambas em Tocantins.

Temos com a Eletrobras uma relação longa e a possibilidade de vir a intensificar-se, do nosso lado, é bem vista, afirmou Costa.

Além da participação do Estado português, 42% do capital da EDP é de free float no mercado. Entre os demais acionistas constam empresas

como Banco do Espírito Santo, Iberdrola, o fundo soberano dos Emirados Árabes e Sonatrach.

Sobre os planos para a empresa no Brasil, um dos objetivos é crescer em geração. Atualmente, a empresa tem 1,7 gigawatts em capacidade instalada no Brasil e o país responde por 20% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da companhia portuguesa. A empresa controla ainda as empresas de distribuição Escelsa e Bandeirante.

Costa ressaltou que a empresa vai participar do próximo leilão de A-3, em agosto, com uma termelétrica a gás natural que seria construída em Resende, no sul do Estado do Rio de Janeiro.